

MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Manuela Nunes Leal¹
Vera Lúcia Alves França²

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a reestruturação da produção agrícola na organização do espaço agrário brasileiro. O encaminhamento metodológico utilizado na elaboração deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e busca de informações e dados junto ao Ministério da Integração Nacional referentes à Política Nacional de Desenvolvimento Regional. O espaço agrário brasileiro tem passado por constantes transformações espaciais decorrentes da territorialização do capital, à luz do agronegócio da commodity soja, assim como tem ocorrido implicações decorrentes da reestruturação produtiva conformando e consolidando regiões. Tal situação é resultante de um conjunto de ações de gestores públicos, agroindústrias, produtores e empresas que prestam serviços à cadeia produtiva do agronegócio para garantir a materialidade da produção, circulação e venda da commodity soja.

Palavras chave: Modernização. Reestruturação produtiva. Espaço Agrário.

¹ UFMA – São Bernardo – Brasil. E-mail: manunlgeo@hotmail.com

² UFS – Aracaju – Brasil

Introdução

A modernização da agricultura frente à conformação e consolidação do agronegócio e seu arranjo produtivo desencadeiam transformações espaciais, com suas formas e diferentes funcionalidades, modelando e reorganizando o espaço para garantir a sua efetivação e lucratividade. O entendimento dessa nova organização espacial é fundamental para discutir o espaço agrário brasileiro que, nas últimas décadas, tem alterado sua base produtiva, desterritorializando a atividade pastoril e de subsistência e territorializando o agronegócio.

Este estudo tem como objetivo realizar uma contextualização do processo de modernização da agricultura, a reestruturação produtiva e seus desdobramentos no espaço brasileiro.

A compreensão da reestruturação produtiva diz respeito à mudança na base produtiva, posto que até o início da década de 1970 do século XX a atividade agrícola existente em parte do espaço agrário brasileiro era pastoril e a agricultura de subsistência. Nas décadas posteriores essas atividades foram substituídas pelo agronegócio, mudando a base produtiva, alterando relações de trabalho, formas de produção, bem como a estrutura agrária e, conseqüentemente, gerando uma produção espacial diferenciada.

Modernização da agricultura brasileira a luz do agronegócio e a produção do espaço agrário

A produção e a organização do espaço agrário brasileiro, nas últimas décadas, estão fortemente atreladas à territorialização do capital, à luz do agronegócio, enquanto vetor de superação dos problemas e a garantia da inserção do país na globalização. A territorialização do capital no campo brasileiro, a partir do agronegócio, é parte do processo histórico do modelo de desenvolvimento proposto via modernização do espaço agrário, a partir da década de 1960. Entende-se agronegócio como

(...) toda relação comercial envolvendo produtos agrícolas. No Brasil o termo é usado quando se refere a um tipo especial de produção agrícola, caracterizada pela agricultura em grande escala, baseada no plantio — ou na criação de rebanhos — em

grandes extensões de terra. Estes negócios, via de regra, se fundamentam na propriedade latifundiária bem como na prática de arrendamentos. Este tipo de produção agrícola também é chamada de *agribusiness* ou *agrobusiness* (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 104).

A modernização da agricultura foi propalada como saída para os problemas do campo, espaço difundido como arcaico e atrasado, que demandava atividades de alta produtividade.

A conformação de ações e estratégias para a territorialização do capital no campo e sua reprodução ampliada ocorreram a partir da permanência do Brasil como exportador de matéria-prima. Além disso, a reprodução do capital ocorre com a efetivação do Brasil como mercado consumidor dos insumos, maquinários, fertilizantes e serviços atrelados à atividade produtiva do agronegócio como os de logística de transporte, armazenamento e distribuição.

A modernização no campo e a subsequente reestruturação produtiva não ocorreram de forma homogênea, houve diferenciação e porque não dizer exclusão de certas regiões e grupos sociais. Apenas porções do espaço concentram essa nova dinâmica de reestruturação produtiva com alterações nas relações de trabalho, uso de novas técnicas, maquinários, defensivos agrícolas.

O objetivo desse modelo de desenvolvimento era aumentar a produtividade, tornar o campo um local atrativo a novos investimentos para o capital mercantilista, bem como o financeiro. Em nome disso, ocorre a permanência da exploração do trabalho, a concentração de terras, a exploração da renda da terra, agravando as condições de vida do pequeno produtor em detrimento das monoculturas de commodities e sua cadeia produtiva.

Reestruturação produtiva a partir do agronegócio: novas técnicas rompendo com velhas estruturas

Em um contexto de crise fiscal do Estado, na década de 1980, período marcado por restrições do projeto desenvolvimentista, inicia-se a adoção de políticas neoliberais que influenciaram sobremaneira as propostas de desenvolvimento para o rural brasileiro.

Essas ações e medidas promoveram a difusão do capital no campo brasileiro, tornando ou pelo menos propalando este espaço como dinâmico e propício ao desenvolvimento à luz do agronegócio. É a reprodução do capitalismo na atividade agrícola, em que a agricultura de subsistência dá lugar à agricultura comercial. Assim, tem-se

– a commoditização agrícola, pela expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção, dando ênfase à ampliação dos negócios provenientes das atividades agrárias. *A lógica espacial dessas áreas de ocorrência da commoditização e tecnificação agrícola impõe uma nova dinâmica e uma nova produtividade espacial – noção que se aplica a um lugar em função de uma atividade ou conjunto de atividades* (SANTOS (1994) –, com a presença dos conglomerados empresariais voltados especificamente para intermediar exportações e importações (as Trading Companies) e outros tipos de empresas, de grupos beneficiados pela intensificação da densidade técnica-informacional no espaço. *Nesses espaços é por meio do monopólio das grandes propriedades territoriais que se dá a reprodução do capital com todas as relações peculiares de processo de produção e de valorização do capital vinculado a esse monopólio* (ARRUDA, 2007, p.18-19) [Grifo da autora].

Ainda sobre esse momento de modernização, de mudanças na base técnica, ou seja, de reestruturação produtiva é pertinente destacar que

A transição do padrão da “modernização conservadora” ao regime da liberalização comercial dos anos 90 é mediada por todo um período de desmontagem do aparato de intervenções no setor rural, montado desde 1930 e fortemente reciclado no período militar. Neste contexto histórico recoloca-se a “questão agrária” a um tempo em que o desenvolvimento econômico da agricultura já não é um projeto político prioritário na agenda do Estado e tampouco o é o projeto de industrialização que puxara antes a modernização agropecuária. Agora a prioridade está

posta no setor externo, mas de maneira muito distinta do que fora a inserção externa numa economia relativamente protegida. (DELGADO, 2001, p. 166).

A alternativa para o campo é o avanço tecnológico, em que figuram como novos atores atrelados ao capitalismo financeiro os novos empreendedores e a agricultura familiar enquanto projeto para o camponês se inserir no mercado, a partir do acesso ao crédito.

Do paradigma dos complexos agroindustriais, enquanto meta de desenvolvimento para o campo, caracterizado pela presença do Estado no fomento de políticas e infra-estrutura e mediador de relações com empresas vinculadas à produção agrícola, bem como da expansão do capital no campo anuncia-se novos propósitos, porém, com o mesmo intuito, qual seja, a reprodução ampliada do capital. Portanto,

O período subsequente é marcado por uma forte crise fiscal do Estado brasileiro, que impele, pouco a pouco, a uma mudança nas formas de intervenção no setor agrícola. A adoção de uma política neoliberal junto a um novo paradigma tecnológico dominante (microeletrônica, biotecnologia, redes telemáticas corporativas) propicia um novo campo de forças na estruturação das articulações entre os agentes, sobretudo da produção voltada à exportação, num contexto de democracia de mercado (CASTILLO, 2004 p. 84).

No Brasil, a década de 1980 é marcada por uma série de mudanças estruturais que possibilitaram a expansão do capital no campo via agronegócio, bem como uma reestruturação produtiva no espaço agrário. Tudo isso num contexto de crises econômicas e restrições do Estado desenvolvimentista, no momento de (re) abertura política frente ao Regime Militar, bem como da expansão das idéias neoliberais com o desenvolvimento do capitalismo.

Sobre essas reformas políticas para a formação de um modelo de desenvolvimento neoliberal os autores Veltmeyer; Petras (2008 p. 83) ressaltam pontos que merecem ser lembrados:

(i) privatização dos meios de produção social, por meio da qual é revertida a política nacionalista do Estado desenvolvimentista;

(ii) desregularização: o dismantelamento do aparato regulador do Estado;

(iii) liberalização financeira e comercial, revertendo as políticas intervencionistas e protecionistas do Estado desenvolvimentista, abrindo a economia para forças do mercado mundial;

(iv) descentralização: uma das inúmeras políticas planejadas para “enxugar” o aparato administrativo do Estado, tirando a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico-social e político do Estado concebido como predatório e que viveria de propriedade e investimentos, conforme proponentes da “nova economia política” para a “sociedade civil”, dando a ele a posição de parceiro estratégico na guerra do Banco Mundial contra a pobreza e em favor da constituição de um regime de “boa governança”.

Cada uma dessas ações permitiu a dinamização do capital no campo brasileiro que neste determinado contexto é tido como espaço propício ao desenvolvimento à luz do agronegócio, como espaço para o mercado e do valor de troca. O apoio ao livre comércio, abertura do mercado à entrada de empresas multinacionais que estão vinculadas à produção e processamento das commodities agrícolas, medidas econômicas e jurídicas para atrair capital estrangeiro, redução de restrições alfandegárias, entre outras, são resultantes de uma conformação de ações para viabilizar a penetração do capitalismo no campo.

Dessa feita, a política de inserção brasileira na dinâmica do mercado de commodities para exportação como lucrativa e promissora para o desenvolvimento do espaço agrário não é algo isolado e sim resultante de ações conjuntas de um programa neoliberal

para a política nacional, executada por um Estado que foi reestruturado para melhor servir aos interesses de uma “classe capitalista internacional”, que John Pilger (2003) denominou de “novos soberanos do mundo”. A intenção desta classe é bastante clara: acumular capital numa escala global e proceder dessa forma no interior da estrutura institucional e de regras da nova ordem mundial de globalização (op.cit, 2008 p. 83).

A expansão do agronegócio, na última década do século XX, não é resultado de algo imediato, mas de um processo amplo e dinâmico modelador de espaços e que demandam cada vez mais investimentos, infra-estrutura para dar suporte a essa atividade e a interdependência cada vez maior da agricultura e a indústria. Para Elias (2008) a difusão do agronegócio promove a formação de novas regiões produtivas agrícolas, as quais denominamos de *arranjos territoriais produtivos agrícolas* (Élias, 2006 a,b,c). (...) Tal realidade acirra a re funcionalização dos espaços agrícolas e leva à difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica do próprio espaço agrícola. A formação destas regiões produtivas agrícolas obedece aos interesses dos agentes hegemônicos que estão à frente de tais processos, empresas agrícolas nacionais e multinacionais, e isso significa que não seguem necessariamente às divisões políticas administrativas estabelecidas, nem mesmo aos interesses locais, regionais ou mesmo nacionais. (ELIAS, 2008 p. 22).

O agronegócio é resultante dessas ações em prol da inserção do capital no campo com a produção de commodities para exportação e para a agroindústria beneficiadora, promovendo mudanças espaciais significativas nas áreas de produção, processamento e comercialização, ou seja, ligada a sua reprodução ampliada. Esse processo é resultado de uma articulação

crescente do setor agropecuário com o industrial e financeiro. A intensificação das relações inter-setoriais acompanharam as

políticas econômicas e estratégias de desenvolvimento. Cadeias produtivas como das oleaginosas, sobretudo soja, e de carnes conhecem crescimento extraordinário relacionado com alterações nos padrões de produção e consumo entre as décadas de 1960, 1970 e 1980 (FAJARDO, 2008 p. 38).

O resultado dessa articulação dos setores agropecuário, industrial e financeiro, característicos desse contexto histórico fortemente incorporado de idéias de cunho neoliberal tem desencadeado várias mudanças, além da expansão dessa produção em novas áreas, novos *fronts* agrícolas como

(Cerrados do Centro-Oeste, Triângulo Mineiro, Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí), além de todo o aparato tecnológico mobilizado para a produção (elaboração de sementes selecionadas, técnicas de manejo do solo, maquinário e insumos agrícolas etc.), tem provocado uma profunda transformação na organização do território, sobretudo em termos de transportes e comunicações. (CASTILLO, 2004 p. 80).

Essa expansão evidencia as dimensões destas atividades e todo o conjunto de forças necessárias a sua conformação como infra-estrutura, investimentos, políticas específicas, redução de impostos, uma mão-de-obra cada vez mais “especializada” porem, temporária, entre outras.

A modernização da agricultura com a utilização de novas técnicas desde a produção, distribuição e comercialização é uma das representações da reestruturação da produção agrícola. Segundo Elias,

A aplicação dos procedimentos e métodos científicos na realização da produção agropecuária, visando ao aumento de produtividade e à redução de custos, aperfeiçoou e expandiu seu processo produtivo, induzindo a importantes avanços técnicos, que foram determinantes para imprimir complexas inovações às forças produtivas nela atuantes. Com a pesquisa tecnológica foi possível reestruturar o conjunto de elementos técnicos empregados nessa atividade, transformando os tradicionais sistemas agrícolas e abrindo novas e inúmeras possibilidades à

realização da mais-valia mundializada, por meio de um processo de fusão de capitais com os demais setores econômicos. (ELIAS, 2003, p. 60).

O emprego das novas tecnologias no campo tinha como meta reduzir custos, aumentar a produtividade e auferir mais lucros nesta atividade. O advento de novas técnicas permitiu a ampliação da atividade agropecuária e, cada vez mais, sua articulação à indústria e ao capital financeiro. Segundo Castillo, essa busca por competitividade e ampliação do agronegócio e de toda sua cadeia produtiva gerou uma série de transformações entre elas:

a) uma sofisticação, à custa de grandes investimentos do Estado, dos circuitos espaciais produtivos e dos círculos de cooperação entre as grandes empresas das cadeias produtivas e de distribuição;

b) enclaves de modernização caracterizados como verdadeiros espaços alienados;

c) dependência crescente de informação (técnica e financeira) cada vez mais sofisticada;

d) surgimento de empresas de consultoria especializadas em produção, logística e transporte agrícola;

e) grande demanda por bens científicos;

f) obediência a normas internacionais de qualidade;

g) novo perfil do trabalho no campo;

h) deslocamento ou marginalização dos agentes recalcitrantes. (CASTILLO, 2004, p. 80).

Sobre esta afirmação de Castilho (2004) no que diz respeito às mudanças que ocorreram e vem ocorrendo é importante ressaltar os investimentos em sistemas de engenharia como transporte, estrutura logística, armazéns, em que há a articulação entre Estado e empresas da cadeia produtiva e de distribuição. Ainda cabe ao Estado provê o território desses fixos e as empresas são postas como geradoras de emprego e renda para população destes municípios da região produtora.

A formação de regiões produtivas especializadas em monoculturas, a qual o autor chamou de enclaves de modernização, são verdadeiros espaços alienados, posto

que a quantidade produzida, o destino da produção, a qualidade, a tecnologia empregada é controlada por corporações e pelo mercado, ou seja, forças exógenas aos espaços de produção.

Cada vez é maior a dependência da informação técnica e financeira para a atividade do agronegócio, chegando a ser determinante, posto que as negociações com a agroindústria ou com empresas que negociam as commodities nas Bolsas de Mercadorias e Futuros, o controle de qualidade dos produtos, entre outras etapas da realização da cadeia produtiva dependem do uso de computadores, internet, programas específicos para estas atividades.

Paralelo à atividade da produção das commodities, conforma-se uma rede de serviços de apoio à cadeia produtiva, no caso, empresas de consultoria especializadas no setor agropecuário, cujas atividades vão desde a produção, a logística de transporte; armazenamento; comercialização na Bolsa de Mercadorias Futuros; programas e softwares necessários à atividade e à produção de livros, revistas e artigos sobre negócios, produtividade e demais temas relevantes ao agronegócio.

O mercado demanda cada vez mais bens científicos que viabilizem a ampliação da produtividade e dos lucros e garantam a qualidade da produção, tendo em vista o surgimento de normas internacionais de qualidade em vários países. Sobre esse contexto de reestruturação produtiva no território brasileiro, Elias assim se expressa:

A terra, o trabalho e o capital foram, durante séculos, os principais fatores da produção agrícola, mas a incorporação de ciência, tecnologia e informação ao seu processo produtivo tem conduzido a horizontes jamais imaginados antes do Período Técnico-Científico-Informacional. Uma transformação essencial é justamente a reorganização da relação entre esses três fatores da produção, já que o aumento da extensão da área cultivada deixou de ser o fator exclusivo de crescimento da produção agrícola, pois o uso intensivo de capital e tecnologias elevou a produtividade do trabalho no setor, cujo avanço ocorria muito lentamente. Instrumento primordial para a modernização da agricultura foi o amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos, fornecidos pela atividade industrial,

provocando notáveis metamorfoses, seja na atividade humana voltada para a transformação da natureza, que sofreu intenso processo de divisão do trabalho, seja na terra, transformada cada dia mais de terra-matéria em terra-mercadoria. (ELIAS, 2003, p. 60).

Dessa forma, as alterações na base técnica da atividade produtiva são responsáveis por mudanças, desde o aumento da produtividade até aquelas nas relações de trabalho. A modernização agrícola trouxe novas implicações com alterações na base técnica e na difusão do capital no campo e no mundo do trabalho, conforme afirma Arruzzo (2009 p. 57)

A transformação do trabalhador agrícola em assalariado, a proletarização do trabalho rural, como consequência da expropriação, da separação do trabalho da terra; Um grande aumento no número de trabalhadores temporários, que participam de forma precária de algumas fases da produção, assim como um aumento do desemprego, levado a uma quantidade cada vez maior de trabalhadores dispostos a se sujeitar a trabalhos temporários precários; Um aumento da exploração do trabalho rural, de sua instabilidade e dos riscos à saúde do trabalhador, decorrente de máquinas e produtos químicos usados de forma inadequada.

O uso de novas tecnologias no sistema de produção no campo modificou consideravelmente a organização desse espaço e as características das formas de trabalho. A chegada da agroindústria ou mesmo a produção de commodities para exportação demandou a qualificação de grande parte da mão-de-obra para desenvolver atividades mais diversas da reprodução ampliada do capital, ou seja, de toda a cadeia produtiva, nas empresas de consultoria, na comercialização de insumos e toda uma infra-estrutura necessária para a conformação do agronegócio.

Outro ponto que merece destaque é a intensificação das migrações, uma vez que grande parte da mão-de-obra especializada não é das localidades onde essa atividade se estabelece, bem como os próprios produtores de soja, milho e frutas são de outras regiões do país, em busca de novos negócios nas fronteiras agrícolas.

Ocorrem, assim, novas demandas do agronegócio no que diz respeito às formas de trabalho especializadas, malgrado permaneça a expropriação mediante relações de trabalho obsoletas e desumanas, aproveitando-se da situação de expropriação existentes em algumas localidades, tais como falta de investimentos para trabalhar suas pequenas propriedades, demanda por empregos, condições de vida precárias. Tal condição de empobrecimento nesses municípios faz com que seus habitantes se submetam à atividades precárias, de baixo salário, não raramente expondo a saúde dessas pessoas.

Diante dessa realidade de reprodução do capital, a partir da mais valia e exploração da renda da terra, os camponeses têm que vender sua produção diretamente para as agroindústrias, de acordo com a demanda, submetendo-se a trabalhos temporários, sem acesso aos direitos trabalhistas conquistados, em alguns casos em condições subumanas, como noticiam muitas denúncias do Ministério do Trabalho e de movimentos sociais no campo. Segundo Azevedo e Locatel, com a modernização e a reestruturação produtiva ocorrem transformações espaciais como

a substituição de culturas de alimentos pela lavoura canavieira, e de oleaginosas para a produção de álcool e biodiesel, há a territorialização do capital monopolista na agricultura e a precarização das relações de trabalho, proporcionando, assim, maior exploração dos trabalhadores, que passam a engrossar a massa de pessoas que vivem na periferia das cidades, ou mesmo permanecem no campo dependendo de programas assistenciais, tendo geralmente que enfrentar todos os problemas ligados a falta de infra-estrutura e de serviço. (AZEVEDO; LOCATEL 2008 p. 3).

Diante dessas informações, pode-se constatar parte dos efeitos negativos desse modelo de desenvolvimento à luz da produtividade e venda das commodities para o mercado externo que não promove desenvolvimento social, mas, sim, um desenvolvimento desigual combinado. Para muitos autores, políticos, autoridades locais e municipais de áreas de expansão agrícola, nos moldes da agricultura moderna, concordam com um discurso

do “desenvolvimento” e da técnica como forma de levar a sociedade a um patamar “superior”. Na prática ocorre um

processo de expropriação das terras dos camponeses, desemprego estrutural no campo, concentração das terras e da renda, e a degradação das condições de trabalho (para aqueles poucos que conseguem se manter, precariamente, no processo produtivo) (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 105).

Essa realidade ainda não ganhou a devida atenção e políticas públicas pertinentes como uma política agrária que discuta a propriedade privada e o acesso à terra de milhares de famílias brasileiras, fiscalização adequada das formas de trabalho para evitar condições precárias e perigosas à saúde e acesso a investimentos para as famílias no campo para que estas possam garantir condições adequadas de vida.

A difusão do capital no campo brasileiro teve caráter excludente, posto que as famílias dos camponeses que não possuíam crédito e até mesmo terras, ficaram à margem do “desenvolvimento do campo”, tendo que se submeter às condições de trabalho precárias ou migrar para as cidades em busca de outras possibilidades de ocupação para suas famílias. Muitos estudos sobre periferização nos centros urbanos evidenciam que grande parte das famílias moradoras dessas áreas são migrantes provenientes do campo. Portanto,

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. (PALMEIRA, 1989, p. 88).

O real desenvolvimento do agronegócio enquanto gerador de emprego e renda com elevado financiamento público requer análise mais acurada, posto que tais projetos servem para garantir a reprodução ampliada do capital nessas áreas, favorecendo um grupo de empresas ligadas ao agronegócio. Nessa dinâmica do capital no campo, o camponês é expropriado enquanto

políticas de crédito generosas, os subsídios aos financiamentos e as compras de máquinas e insumos tenderam a beneficiar um

grupo formado pelos grandes produtores, empresários rurais, latifundiários e especuladores, as indústrias à montante e à jusante, que lucraram com suas atividades, por constituírem uma elite que influenciava no processo formador das políticas agrícolas. Enquanto isso, o pequeno produtor e o trabalhador rural, os quais permaneceram à margem do processo formador das políticas agrícolas, viveram a acentuação da pobreza e da miséria herdadas de fases anteriores (AZEVEDO; LOCATEL, 2008, p. 5).

Portanto, ponderações devem ser feitas sobre o agronegócio como sinônimo de desenvolvimento e de geração de emprego e renda. Não se pode negar o aumento de produtividade, nem tampouco os ganhos nas exportações, no entanto, deve-se refletir sobre a que preços e quem, efetivamente, se apropriaram das benesses dessas atividades.

Considerações Finais

A reorganização espacial da produção de commodities é resultante de um novo período do capitalismo, no caso, o flexível, caracterizado pela reestruturação produtiva. O capital em sua lógica busca os espaços atrativos com disponibilidade de terras, incentivos fiscais, mão-de-obra barata e fraca organização sindical, condições de fluidez de informações, capital e pessoas para garantir sua reprodução de forma rentável.

Tem-se, pois, uma mobilidade de capitais, mão-de-obra e ações para garantir o agronegócio e sua cadeia produtiva fundamentada em alocações que lhes são convenientes, nem que para tanto seja necessário desterritorializar o pequeno produtor para ceder espaço à agricultura de mercado externo. Criam-se, pois, espaços diferenciados pela técnica, no qual se concentrará infra-estrutura e serviços em detrimento de outros espaços, confirmando a lógica do capital que resulta em um desenvolvimento desigual e combinado. Assim, torna-se necessário que se efetivem novos estudos sobre a reestruturação produtiva, a partir do agronegócio, e o seu papel na organização do espaço agrário e nas regiões produtivas, discutindo a relação campo-cidade e buscando compreender as tendências em gestação de novas regiões da commodity soja, como vem ocorrendo no Estado do Piauí.

Bibliografia

- ARRUDA, Zuleika Alve de. **Onde está o agro desse negócio?** : transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP : [s.n.], 2007.
- AZEVEDO, Francisco; LOCATEL, Celso. **Desenvolvimento rural, política nacional de biocombustíveis e o mito da inclusão social no campo brasileira.** In: Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. 2008 ISSN: 1138-9788. Vol. XII, núm 270.
- CASTILLO, Ricardo. **Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas:** componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM. N° 55, 2004, p. 79-96. Disponível em: <http://igeograf.unam.mx/instituto/publicaciones/boletin/bol55/pdf>. Acesso em: 19/06/2009.
- DELGADO, Guilherme C. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária.** In: ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001.
- _____. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** Campinas: Unicamp, 1985. 240 p.
- ELIAS, Denise. **Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil.** In: X Coloquio Internacional de Geográfica: Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008. Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/270.htm> .Acesso em: 18/05/2009.
- FARJADO, Sergio. **Algumas discussões sobre a abordagem econômica do território na geografia e suas implicações no espaço rural.** RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise, v. 11 (2006) Disponível em:< <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/aceraega/article/view/4976>> . Acesso em: 06/04/2009.
- PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária.** Estudos Avançados. s/d.
- SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **As novas estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio.** Revista Pegada – vol. 09 n.1. Junho/2008. Disponível: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/06-9-1-Suzane.pdf>. Acesso em 24/05/2009.
- VELTMEYER, Henry & PETRAS, James. **Camponeses numa era de globalização Neoliberal: America Latina em Movimento.** In: **Campesinato e Territórios em disputa.** Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini (orgs). 1 ° edição São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008, p. 79-117.